

O Movimento Anarquista na Educação Brasileira

Anarchist Movement in Brazilian education

Hellen Cristina de Almeida Barreto, hellenkryz@gmail.com

Orientadora: Dra. Andréa Monteiro Uglar

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus
São Paulo, SP.

Submetido em 18/02/2016

Revisado em 22/02/2016

Aprovado em 29/04/2016

Resumo: A anarquia chegou ao Brasil, principalmente, por meio dos imigrantes espanhóis e italianos no fim do século XIX e início do século XX e, atualmente, é constantemente vista como um sinônimo de desordem. Entretanto, longe de almejar o caos, a anarquia visa a autogestão, a liberdade e o senso de comunidade entre os indivíduos. Em sua proposta pedagógica, anarquistas de várias vertentes, pretendem, sobretudo, despertar esses valores nos educandos, de forma que estes saibam lidar com suas responsabilidades e liberdades. Desse modo, este trabalho se propõe a resgatar as propostas pedagógicas anarquistas desse período, de forma a apontá-las como uma alternativa viável ao sistema de ensino tradicional. Para tanto, utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica e informações extraídas de palestras, debates e encontros com especialistas em anarquia e pedagogia anarquista.

Palavras-chave: anarquia; pedagogia libertária; autogestão; antiautoritarismo.

Abstract: Anarchy arrived in Brazil, mainly through the Spanish and Italian immigrants in the late nineteenth century and early twentieth century and currently is constantly seen as synonymous with disorder. However, aim away from chaos, anarchy is aimed at self-management, freedom and a sense of community among individuals. In his pedagogical proposal, anarchists of various aspects, aim, above all, awakening these values in students, so that they know how to deal with their responsibilities and freedoms. Thus, this study aims to rescue the anarchists pedagogical proposals that period in order to point them out as a viable alternative to the traditional education system. For this, we used the bibliographic research methodology and information extracted from lectures, debates and meetings with experts in anarchy and anarchist pedagogy.

Keywords: anarchy; libertarian pedagogy; self-management; anti-authoritarianism.

INTRODUÇÃO

A educação, tomada em seu sentido amplo, é um dos fatores mais importantes para a construção e manutenção da civilização, uma vez que por meio dela estabelecem-se as condições de perpetuação ou dissolução de paradigmas e valores sociais. Dessa forma, é um processo que se inicia na instituição familiar e se expande para instituições em outros níveis, como a escola, o trabalho e, por meio da educação, o indivíduo se insere na sociedade (BRANDÃO, 1981).

Muitas são as vertentes pedagógicas e as correntes filosóficas que norteiam a educação na intenção de se criar um determinado sujeito, cujas potencialidades são reprimidas ou liberadas, de acordo com a sociedade na qual ele está inserido. A vertente Redentora pretende apenas moldar os indivíduos e enquadrá-los na sociedade, pretende situar-se acima dela; já a Crítica, considera a sociedade e suas contradições, visando um instrumento de modificação social (LUCKESI, 2005). A vertente Reprodutora, por sua vez, mantém o status quo, contribuindo para o fortalecimento das ideias dominantes e permeando o ensino tradicional, que por ser estatal reafirma o poder de uma classe sobre a outra.

A educação fornecida pelo Estado carrega em si o germe da ideologia capitalista, e visa manter o status quo e as estruturas de poder, naturalizando-as sem abrir margem para o questionamento da autoridade. Nesse sentido, a escola é uma instituição fabril¹ (RODRIGUES, 2014). Em séries iniciais, repleta de cores, trabalha ludicamente o condicionamento às regras de comportamentos, horários e espaços, com punições brandas às transgressões. Com o passar dos anos, bruscamente essas cores se dissipam e o ambiente se torna monocromático. As regras de comportamento já foram internalizadas pelo educando e já não há mais a necessidade de se trabalhar ludicamente a assimilação de tais regras. Qualquer transgressão das regras carrega em si uma punição mais severa, uma vez que os valores sociais já são conhecidos pelos indivíduos. A escola se torna uma representação em pequena escala da

¹ Assemelha-se a uma fábrica, de modo que os comportamentos são regulados por uma autoridade, existe vigilância, horários determinados para a realização das tarefas e estímulos à obediência servil.

sociedade e suas regras criam sujeitos, não para a criticidade, mas para o trabalho, para a obediência servil não questionadora. Até mesmo o tempo, contado em horas, calculado em segundos (“tempo é dinheiro”) é encucado no decorrer do processo educativo; é um mecanismo coercitivo do capitalismo, mediado pela máquina que converte a humanidade em prisioneira de si mesma: o relógio (WOODCOCK, 1988a).

O Estado então, revestido de uma falaciosa neutralidade amparada pelas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade², é fruto da estratégia do grupo dominante, que por meio de seus aparelhos ideológicos, nos quais fazem parecer que a ideologia da burguesia é a ideologia do povo, e através disso, mantém a ordem social Althusser (s/d.)³. Althusser, teórico marxista, enumera alguns desses aparelhos e suas formas de atuação na sociedade:

- Religião – serve para a doutrinação do corpo e a recusa aos vícios;
- Escola – reproduz a cultura elitista e é diferenciada em relação aos mais pobres e mais ricos. Aos primeiros são transmitidos saberes de liderança, ditos intelectuais; aos segundos, delegam os saberes manuais;
- Família⁴ – reprodução da força de trabalho⁵;
- Judiciário – também constituindo um aparelho repressivo, exerce coerção sob a forma de leis e punições não corretivas, mas inibidoras de novos atos antissociais;
- Político – diferentes partidos de correntes ideológicas aparentemente diferentes, convergindo para o mesmo ponto: poder;

² No caso do Brasil, a ideologia da democracia burguesa.

³ Evita-se ao tratar de anarquia, utilizar teóricos de outras vertentes, sobretudo marxistas. Entretanto, a análise que Althusser faz sobre os aparelhos ideológicos do Estado é interessante e serve de aporte para a compreensão do porquê da recusa à educação estatal entre os anarquistas.

⁴ Podemos completar a função da família nuclear patriarcal como sendo a reprodutora da ideologia que perpassa pelas outras esferas da sociedade, uma vez que é no seio familiar que grande parte da formação primária do indivíduo se dá, até que ele tenha contato com os outros aparelhos ideológicos do Estado.

⁵ A expressão “reprodução da força de trabalho” se faz em sentido literal, uma vez que a origem da palavra “proletário” vem do termo “prole”, ou seja, a reprodução biológica, a produção de filhos que retroalimentam a cadeia produtiva assumindo os postos de trabalho quando os pais se tornam inaptos para o trabalho, seja por morte, velhice ou doença (LUCKESI, 2005 *apud*. Althusser s/d)

- Sindical – os sindicatos e sua atuação muitas vezes condicionada por acordos com a burguesia⁶;
- Informação – A mídia, sobretudo a imprensa, serve como instrumento estatal de manipulação das massas;
- Cultural – A burguesia impõe seus padrões culturais de literatura, moda, consumo, etc.

Estes aparelhos servem para que o Estado inculque nos indivíduos os interesses da classe dominante de forma que estes se tornem “interesses comuns” de ambas as classes, fazendo parecer que se situa acima da sociedade e de interesses laterais, quando na verdade serve à classe dominante.

Na “contra-lógica” do sistema capitalista, a História nos dá exemplos de ideologias como o Anarquismo, que visa uma outra configuração de sociedade, uma vez que, segundo Eliséé Reclus, para os anarquistas, “o homem não nasce bom nem mau; nasce com potencialidades que o meio (social e físico) desenvolve em tal ou qual sentido” (RECLUS, 2001, p.18). Dessa forma, a dominação/subordinação de um grupo a outro está associada à carência de organização, portanto, o processo educativo é fundamental para que essa organização se dê, posto que hierarquizações são formas complexas de estruturação dos grupos sociais (MALATESTA, s/d). Muitos imigrantes na passagem do século XIX para o século XX, sobretudo espanhóis e italianos, trouxeram em suas bagagens os ideais anarquistas e novas concepções de educação, baseadas nas ideias de Francisco Ferrer y Guardía, educador revolucionário, propositor da Escola Moderna na Espanha.

Antes que sejam feitas considerações acerca de uma pedagogia anarquista, é de grande importância conceituar o que é Anarquia e mostrar seus fundamentos. A simples menção ao termo causa espanto e repulsa àqueles que desconhecem sua fundamentação ideológica, visto que o senso comum define anarquismo como um sinônimo de caos, baderna. Certamente, a difusão de um significado errôneo sobre esta palavra não aconteceu ao acaso, uma vez que os ideais anarquistas desnaturalizam a ordem social, as hierarquias, as estruturas

⁶ Considerando-se aqui os sindicatos posteriores à década de 1930, quando o governo Vargas realizou a estatização dos sindicatos.

de poder naturalizadas pela sociedade controlada pela ideologia dos grupos dominantes, como veremos no item a seguir.

A Anarquia

Anarquia é um termo recente para uma concepção muito antiga de sociedade sem Estado e sem instituições. Kropotkin (s/d) o define como uma teoria de vida e conduta segundo a qual a sociedade é concebida sem governo e a harmonia entre os indivíduos se faz, não por uma submissão a leis ou autoridades, mas por contratos firmados livremente sob a perspectiva da satisfação das necessidades dos envolvidos, posto que as instituições são artificiais⁷ e, portanto, causadoras dos desequilíbrios entre os homens. Dessa forma, as associações voluntárias substituem o Estado e suas funções, restabelecendo a ordem. Segundo Woodcock, a formação da palavra anarquia tem origem grega *archon*, “governante” e o prefixo *an*, que indica “sem”, portanto, Anarquia seria “estar ou viver sem governo” (WOODCOCK, 1988, p. 11). Woodcock (1988), considera a anarquia como uma doutrina política, termo este duramente criticado por Gallo (1966), que afirma que a ideia de doutrina fere os princípios do anarquismo, uma vez que torna esse conjunto de teorias estáticas e, por isso, coercitivos e contrários à liberdade.

Proudhon, foi o primeiro anarquista a tomar para si esta denominação, recuperando o sentido original do termo em seu livro “O que é a propriedade privada?”, de 1840, no qual em resposta a este questionamento, cunhou sua mais célebre frase: “um roubo!”, numa densa crítica ao capitalismo, ao Estado (WOODCOCK, 1998). Para ele, o princípio da desobediência está no questionamento da autoridade, seja ela do déspota, do político ou das leis, fazendo com que o indivíduo não aceite a submissão a outro que não seja ele mesmo, encontrando-se aí a gênese do pensamento anarquista. O Estado e o Capitalismo se configuram então como os maiores inimigos da liberdade (WOODCOCK, 1998). Sua influência teórica foi tamanha que, em 1864, um ano antes de sua morte, Proudhon esteve envolvido na criação da I Internacional

⁷ Essa artificialidade das instituições se dá pelo fato de que são comumente apoiadas na hierarquia e na opressão de um ser que se coloca soberano sobre os outros.

(Associação Internacional Operária), juntamente com Marx e Engels, de quem recebeu muitos elogios à suas teorias antes da ruptura entre anarquistas e socialistas (WOODCOCK, 1988). Esta ruptura se deu, sobretudo em razão da divergência de ideias entre Marx e Bakunin, seu mais célebre “discípulo”, no seio da I Internacional, pois para este, o socialismo não diferia em nada dos sistemas anteriores, já que apenas substituía a opressão estatal da burguesia pela ditadura do proletariado, tão autoritária e coercitiva quanto a outra, considerando ainda, Marx como um teórico dogmático (WOODCOCK, 1998).

Em 1903, Malatesta escreveu um opúsculo acerca do que seria o Programa Anarquista, e este, em 1920, foi sem ressalvas aceito em um congresso da *Unione Anarchica Italiana*. Neste texto (MALATESTA, 1989), sintetizou algumas das ideias que são quase unanimidade entre os anarquistas de diversas vertentes, como:

- A abolição da propriedade privada;
- Abolição dos aparatos repressivos/coercitivos institucionalizados, como os governos, exércitos, etc.;
- Organizações livres;
- Garantias de subsistência a todos os indivíduos incapazes de prover sua própria existência;
- Instrução científica a todos para romper com o poder ideológico e de dominação da religião;
- Abolição das fronteiras e do patriotismo;
- Reconstrução da família como um laço de amor e não de dominação, livre de preconceitos.

Os ideais anarquistas propõem a libertação das amarras coercitivas, constituindo-se como um conjunto de teorias antiautoritárias, pois a autoridade de um indivíduo sobre o outro pressupõe uma relação vertical de poder. Para tanto, na concepção anarquista, é fundamental a extinção do modelo econômico capitalista, baseado na propriedade privada e na competição interespecífica dos homens e o desmantelamento da família nuclear patriarcal, pois consideram que neste tipo de família em que impera o fator hierárquico, existe uma assimetria

entre homens e mulheres e entre estes e seus filhos e filhas, um forte resquício da moral religiosa na qual a ideia de respeito está muito atrelada à submissão e à subordinação a uma autoridade, neste modelo de família, representada pela figura do pai. Esse rompimento com a estrutura familiar seria possível com a propagação do amor livre, no qual homens e mulheres não necessariamente seriam monogâmicos e os filhos não seriam propriedade dos pais, mas integrantes da comunidade e por ela cuidados. Bakunin (s/d) ao dissertar sobre essas ideias ressalta

Os direitos dos pais se limitarão a amar seus filhos e exercer sobre eles a única autoridade compatível com esse amor, na medida em que essa autoridade não atente contra sua moralidade, seu desenvolvimento mental ou sua liberdade futura. O matrimônio como ato civil e político, está chamado a desaparecer. As crianças serão confiadas – por natureza e não por direito – a suas mães, com a prerrogativa de estar sob a supervisão racional da sociedade. (Bakunin, s/d, p.3)⁸

Sobre a ideia de amor livre, Emma Goldman, anarquista russa reflete:

Amor livre? Por acaso o amor pode ser outra coisa mais que não livre? O homem comprou cérebros, mas todos os milhões deste mundo não conseguiram comprar o amor. O homem submeteu os corpos, mas todo o poder da terra não foi capaz de submeter o amor. O homem conquistou nações inteiras, mas todos os seus exércitos não poderão conquistar o amor. O homem encarcerou e aprisionou o espírito, mas não pode nada contra o amor. Incrustado em um trono, com todo o esplendor e pompa que pode proporcionar o seu ouro, o homem se sente pobre e desolado se o amor não pára na sua porta. Quando existe amor, a cabana mais pobre se enche de calor, de vida e alegria; o amor tem o poder mágico de converter um mendigo em rei. Sim, o amor é livre e não pode crescer em nenhum outro ambiente. Em liberdade, se entrega sem reservas, com abundância, completamente. Todas as leis e decretos, todos os tribunais do mundo não poderão arrancar-lhe do solo em que fincou suas

⁸ N.T “Los derechos de los padres se limitarán a amar a sus hijos y ejercer sobre ellos la única autoridad compatible con ese amor, en la medida en que esta autoridad no atente contra su moralidad, su desarrollo mental o su libertad futura. El matrimonio como acto civil y político, al igual que cualquier otra intervención de la sociedad en cuestiones amorosas, está llamado a desaparecer. Los niños serán confiados - por naturaleza, y no por derecho - a sus madres, quedando la prerrogativa de éstas bajo la supervisión racional de la sociedad.” (Bakunin, s/d, p.3)

raízes. O amor não necessita de proteção, porque ele se protege a si mesmo. (GOLDMAN, 2006, p.51)

Ambos os trechos revelam uma forte crítica ao matrimônio, uma instituição na qual a família é concebida de forma patriarcal e nuclear, inorgânica e opressiva. Entretanto, estas ideias em relação ao amor livre não são unanimidade entre os autores anarquistas (RAGO, 2014). Proudhon, por exemplo, considerava o adultério como uma “alta traição à sociedade” (1988, p. 63), deixando transparecer que as relações poligâmicas não eram amplamente aceitas nos meios libertários.⁹

Outra crítica muito comum entre os anarquistas relaciona-se ao caráter não corretivo das prisões, a qual Kropotkin resume:

A prisão não coíbe os atos antissociais; pelo contrário, aumenta seu número. Não reabilita quem prende, podem reformar-la o quanto quiserem, será sempre uma privação de liberdade, um sistema falso, como um convento, que torna o prisioneiro cada vez menos apto a vida social. Não atinge o que propõe. Mancha a sociedade. Deve desaparecer por consequência. (2014, p. 29-30)

E ainda conclui,

Na sociedade igualitária, entre homens livres, onde todos trabalhem para todos, onde todos tenham recebido uma educação sadia e se apoiem mutuamente em todas as circunstâncias da vida, os atos antissociais não se produzirão. A maior parte destes careceriam de fundamento, e o resto será arrancado em semente. Sobre os indivíduos de inclinações perversas que a sociedade atual nos legará, teremos que impedir-lhes que desenvolvam seus maus instintos. E se não conseguirmos, o corretivo, honrado e prático, será sempre o tratamento fraternal, o apoio moral que há em todos, a liberdade, por fim. Isto não é utopia; isto que se pratica com indivíduos ilhados, se converterá em prática geral. E tais meios serão mais poderosos para reprimir e melhorar que todos os códigos, que todo o sistema vigente de castigos, fonte abundante de novos

⁹ No Brasil houve a tentativa, na Colônia Cecília, de amor livre, mas o próprio Giovanni Rossi, proponente da ideia não soube lidar com a poligamia de sua companheira e acabou abandonando a ideia.

crimes, de novos atos contra a sociedade e indivíduo. (2014, p.30)

Essas ideias se aproximam do que Godwin¹⁰ trata em relação à educação de crianças e jovens, que em sua visão são pautados na lógica ocidental da punição para a dominação e domesticação dos pensamentos e ações, tratando-se de uma medida apenas preventiva a novas condutas indesejáveis, que na realidade não reparam as condutas pretéritas. A punição aplica-se a quem transpôs a barreira da tolerância, perturbando a ordem e essa barreira é imposta por uma autoridade e visa a obediência servil e a privação da liberdade, opondo-se à concepção de entendimento, pautado na razão livre e no diálogo (PASSETI, 2008).

A ideia de como se chegar a uma sociedade anarquista varia de teórico para teórico. Alguns anarquistas como Bakunin e Malatesta, veem a violência como a única forma de “expropriar o poder dos expropriadores”, posto que o dominador dificilmente abdicaria de seu poder de dominação voluntariamente. Entretanto, o uso da violência seria somente mais um sintoma da desordem causada pelo Estado. Bakunin, em seus escritos, chegou a afirmar que “a paixão pela destruição também é uma paixão criadora” (COSTA, 1981 p. 12), explicitando, de certo modo, que é preciso romper com o velho para criar o novo. Outros repudiam a ideia do uso da violência, mas ambos se utilizam da *propaganda pela ação*¹¹ como método para a difusão das ideias anarquistas, pois é consenso entre eles que uma sociedade anarquista deve se fazer por meio de uma construção orgânica, sem que haja um elemento coercitivo, ou seja, os indivíduos devem, por sua plena vontade e identificação com as ideias, unir-se ao coletivo (PASSETI, 2008).

¹⁰ Willian Godwin (1756-1836), antes de Proudhon se autodenominar anarquista, já havia escrito uma série de obras acerca da implosão do Estado e sobre uma educação emancipadora que levasse a esse caminho (PASSETI, 2008).

¹¹ *Propaganda pela ação* é um conceito recorrente na literatura anarquista que se refere tanto à ações violentas, como atentados terroristas do século XIX, e à ação direta sindicalista por meio de greves e auto-organizações dos trabalhadores (PASSETI, 2008).

Os anarquistas não rompem com a ideia de uma sociedade, mas com a forma como ela se estrutura atualmente e os laços de opressão que coíbem os indivíduos e os tornam prisioneiros de uma construção artificial que lhes rouba a liberdade (WOODCOCK, 1988). Segundo Gallo,

A relação indivíduo/sociedade no Anarquismo é essencialmente dialética: o indivíduo, enquanto pessoa humana, só existe pertencente a um grupo social - a ideia de um homem isolado da sociedade é absurda - a sociedade, por sua vez, só existe enquanto agrupamento de indivíduos que, ao constituí-la não perdem sua condição de indivíduos autônomos, mas a constroem. A própria ideia de indivíduo só é possível enquanto constituinte de uma sociedade. A ação anarquista é essencialmente social, mas baseada em cada um dos indivíduos que compõem a sociedade, e voltada para cada um deles. (1966, p.9)

Apesar das ideias anarquistas muitas vezes serem consideradas utópicas, esta é uma denominação que não cabe aos anarquistas, uma vez que a utopia pressupõe a perfeição, e a sociedade que esses indivíduos buscam não é estática, está sujeita a uma série de mudanças que não necessariamente chegariam a uma sociedade ideal. Pressupor uma sociedade assim seria, novamente, ferir os princípios anarquistas de liberdade, que não passam somente pelas relações humanas, mas pela autonomia histórica da sociedade (WOODCOCK, 1988). E Woodcock afirma

O Anarquismo é a um só tempo diversificado e inconstante e, à perspectiva histórica, apresenta a aparência, não de um curso d'água cada vez mais forte, correndo em direção ao mar do seu destino (uma imagem que bem poderia ser aplicada ao marxismo), mas de um fio de água filtrando-se através do solo poroso – formando aqui uma corrente subterrânea, ali um poço turbulento, escorrendo pelas fendas, desaparecendo de vista para surgir onde as rachaduras da estrutura social possam lhe oferecer uma oportunidade de fluir. (WOODCOCK, 2002, p. 17)

Sintetizando a ideia de que o anarquismo sempre caminhou pelas margens, aguardando o momento certo de ressurgir.

Anarquistas no Brasil

A História do Brasil é marcada por uma colonização culturalmente violenta¹² e um regime escravocrata no qual durante muito tempo pessoas eram vendidas como objetos em feiras ao ar livre. Muitos foram os negros escravizados e trazidos à força para as terras brasileiras para trabalhar nas lavouras e engenhos de cana-de-açúcar, nas minas de ouro e nas fazendas de café. Com essa configuração de sociedade majoritariamente negra e a intenção da elite branca em construir uma identidade nacional, teorias raciais das mais diversas foram importadas dos meios acadêmico-científicos da Europa (NETO, 2008). A população era, como aponta Schwarcz (1993), vista pelos viajantes europeus como degenerada e indolente devido à matriz africana que a compunha. Essa ideologia racista foi incorporada pelos ainda prematuros meios científicos brasileiros que se utilizaram do darwinismo social para fundamentar a teoria de que a miscigenação seria um fator de melhoramento das raças que compõem o povo brasileiro (SCHWARCZ, 2012).

Após a abolição da escravidão, a elite branca, com o intuito eugênico de criar um projeto de nação, apostou em uma política de branqueamento da população, fornecendo uma série de condições para que imigrantes europeus, sobretudo italianos e espanhóis, viessem trabalhar nas lavouras de café e, posteriormente, na indústria. Neste processo de transição da mão de obra escrava para a livre, o Estado, longe de indenizar aos que foram escravizados, concede aos senhores de engenhos direitos de indenização, deixando os negros libertos à própria sorte. Por outro lado, na Europa, sobretudo no Sul da Itália, as condições precárias de vida fazem com que muitos imigrantes venham para o Brasil em busca da “terra prometida”, ludibriados por promessas do governo brasileiro e das elites agroexportadoras. O governo italiano, por sua vez, tratou de incentivar a migração de elementos considerados desordeiros e anarquistas, sem, contudo, explicitar aos contratadores brasileiros que se tratavam de perturbadores da ordem (NETO, 2008).

O Brasil passava no período por um processo gradual de industrialização. Dessa forma, muitos imigrantes europeus se encaminharam para as lavouras de

¹² Os europeus que aqui chegaram trouxeram seus costumes e religião, impondo aos indígenas sua cultura sem se preocupar em compreender que eles já possuíam suas raízes culturais.

café, mas boa parte se encaminhou para as cidades, onde a indústria começava a se desenvolver (LEOPOLDI, 2003). Nesse período, com os grandes fluxos migratórios e a chegada das ideias anarquistas, iniciou-se um processo de “sindicalização¹³” do proletariado nascente no país. Folhetos, periódicos, jornais e diversos meios de propagação dessas ideias, em diversos idiomas, circulavam entre os trabalhadores, ainda que cerca de 80% não soubesse ler. Era comum que os grupos anarquistas se reunissem para ler os folhetos e discutir as informações, além de promoverem apresentações de peças teatrais com a temática revolucionária. Nesse mesmo período, surgiram as primeiras escolas anarquistas, cujas práticas pedagógicas visavam letrar os indivíduos e criar desde cedo a consciência de cooperação e solidariedade no educando (PASSETI, 2008).

Colônias anarquistas como a de Guararema, fundada por Arthur Campagnoli, em 1888, e a colônia Cecília, fundada por Giovanni Rossi, em 1890, em terras doadas por D. Pedro II, apesar de se empenharem na educação informal de seus membros, não se preocuparam muito com a educação científica dos mesmos, não investindo esforços na criação de escolas. Nestas colônias, os ideais anarquistas de liberdade pessoal, sexual e extinção da autoridade e o debate sobre as estruturas hierárquicas da sociedade estavam presentes e a educação, fator fundamental para a formação de um indivíduo livre, era dever de toda a comunidade (PASSETI, 2008).

As expectativas do governo brasileiro de branquear a população e dela retirar todo o vigor para o trabalho, como se supunha em relação ao europeu, logo foram frustradas pela “desordem” causada pelos elementos anarquistas. Muitos foram presos e deportados aos seus países de origem. No Brasil, até a década de 1920, grande parte dos sindicatos eram orientados pelos anarcossindicalistas, que, em julho de 1917, comandaram uma greve geral que paralisou a cidade de São Paulo, num movimento orgânico das classes trabalhadoras.

¹³ A chegada de ideias anarquistas de cunho anarcossindicalista favoreceu a organização dos trabalhadores e contribuiu para o fortalecimento das lutas trabalhistas a partir daí, sendo reprimidos esses movimentos orgânicos e autônomos com o advento do governo Vargas e a estatização dos sindicatos (RODRIGUES, 2014).

Nesse mesmo período chegam ao Brasil as notícias da Revolução Russa, recebida por anarquistas e comunistas de forma muito acalorada, por se tratar de uma situação real em que as massas tomaram o poder da burguesia. Esse fato culminou em 1922, na criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que contraditoriamente contou com a colaboração de 11 dissidentes do movimento anarquista e um comunista. Pouco depois vieram as denúncias sobre os abusos cometidos pelo regime totalitarista soviético. Emma Goldman (2007) afirmava que não existia comunismo na Rússia, pois a terra e os meios de produção não eram socializados, mas controlados pelo Estado e haviam classes e privilegiados dentro de um sistema que se propunha igualitário entre todos. O conhecimento de tais fatos criou uma certa frustração aos movimentos libertários e a partir daí anarquistas e socialistas se distanciaram ainda mais no campo ideológico.

Na década de 1930, era latente o avanço de ideologias fascistas a exemplo de Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália, ambas de cunho altamente nacionalista, cuja ideia era unicamente a tomada do poder. No Brasil, essas ideias tomaram corpo com Plínio Salgado e o movimento integralista, que pouco diferia da juventude hitlerista. Nesse momento de avanço do fascismo, anarquistas, comunistas e socialistas se uniram num movimento conhecido como Frente Única Antifascista (FUA), que culminou num episódio conhecido como “a revoada dos galinhas verdes”¹⁴, no qual em confronto direto, conseguiram conter as tropas do exército integralista em São Paulo (ABRAMO, 2014).

Com a estatização dos sindicatos pelo governo Vargas, as ações anarcossindicalistas foram engolidas pelo Estado. A ditadura de Vargas levou a uma caça sistemática dos elementos anarquistas, muitas vezes denunciados pelos comunistas, enfraquecendo ainda mais o movimento. Obliterado da História oficial, são poucos os registros anarquistas desta época, muitos provavelmente recolhidos pela censura do Estado Novo e, posteriormente, no período da Ditadura Militar (1964-1984), em que o movimento sobreviveu às

¹⁴ “Revoada dos galinhas verdes” foi como o movimento passou a ser conhecido devido à cor das camisas dos integralistas – verdes – e ao fato de que os integrantes da FUA estavam dispostos ao combate direto, mas um tiro disparado acidentalmente causou uma grande correria entre os soldados integralistas.

margens, publicando aqui e ali folhetos e jornais, ressurgindo com mais força no pós-ditadura, ainda que de forma tímida e carregando o estigma de propagar a desordem social. Atualmente existem organizações anarquistas livres como a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), o Coletivo Terra Livre em São Paulo e Editoras como a Faísca, Imaginarium e Achiam é que divulgam muitas anarquistas (RODRIGUES, 2014). Além destas mais conhecidas, existem ainda coletivos como a Casa Mafalda, que oferece o Cursinho Popular da Lapa, um cursinho pré-vestibular gratuito de orientação pedagógica anarquista; A Casa da Lagartixa Preta, no ABC Paulista, que trabalha com permacultura e cultura periférica de forma autônoma e autogerida; O Tendal da Lapa, centro de cultura em São Paulo, que realiza anualmente uma feira anarquista, na qual ocorrem cine-debates, lançamentos de livros libertários, oficinas e rodas de conversa sobre anarquia e também um festival de cinema anarcopunk na semana seguinte à feira; e o Centro de Cultura Social de São Paulo, que oferece cursos e palestras sobre teoria e pedagogia anarquista. As teorias anarquistas vem sendo cada vez mais discutidas e problematizadas também no meio acadêmico, uma vez que a Universidade de São Paulo começa a fornecer cursos de Geografia Anarquista utilizando autores até então desconsiderados pela Geografia, como Kropótkin e Reclus, bem como outras instituições de ensino superior, que começam a se interessar pela temática.

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO

Educação, segundo Aranha (1996), é uma relação entre teoria e prática que carrega em si uma ideologia que sustenta o método pelo qual ela se estrutura. Brandão (1981, p.73-74), por sua vez, define educação como

uma prática social cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento.

Desse modo, podem-se definir algumas categorias de concepções pedagógicas, tais como a escola redentora, reprodutora e crítica, cada qual de acordo com o que se espera como finalidade do processo educativo. A Escola

Redentora tem um viés conservativo. Segundo Luckesi (2005), trata-se de uma proposta de incorporação dos indivíduos destoantes da sociedade, situando-se acima dela, adaptando-os e moldando-os para o convívio, mantendo a coesão e a conformação social de maneira não crítica. Esta concepção permeia as teorias educacionais juntamente com a Escola Reprodutora, ainda que se diferenciem pelo caráter exterior a que se propõe a primeira e o caráter intencional da segunda. A Escola Reprodutora concebe a educação como um produto da sociedade, inserindo-se nela e se moldando de acordo com os interesses dominantes. Trata-se do que Althusser (s/d) considera como um aparelho ideológico do Estado que reproduz a ideologia da classe dominante, formando o futuro trabalhador para cumprir suas funções, introjetando a ideia meritocrática de produção para o reconhecimento. Por sua vez, a Escola Crítica considera os aspectos dicotômicos da sociedade, não é nem otimista, nem pessimista, pois analisa de acordo com a realidade as possibilidades de modificação social. As pedagogias que se desenvolvem a partir daí visam à construção de um determinado sujeito em um determinado tempo histórico.

A pedagogia tradicional é um conjunto de tendências desenvolvidas do século XVI aos dias de hoje, que se modificaram ao longo do tempo. Essas mudanças se deram, sobretudo em relação ao tipo de educação que se propunha: de um ensino religioso, dogmático, para uma didática laica, agora apoiada em valores Iluministas. A disciplina, a rígida hierarquia e vigilância, as avaliações artificiais, a memorização e a visão conteudista sem retórica ou crítica, são algumas das características que perduram até os dias de hoje na pedagogia tradicional, que centra o processo educativo no professor detentor do saber, com pouco espaço para o protagonismo do educando. Essa metodologia se fortaleceu no período da Revolução Industrial, quando o acesso à escola se deu pela necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho fabril, tornando-se ainda uma espécie de “depósito de crianças”, uma vez que houve a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, posto que anteriormente era delegado a elas o espaço doméstico e a educação dos filhos (ARANHA, 1996).

Na tentativa de se opor à cristalização da pedagogia tradicional, ainda num contexto atrelado ao desenvolvimento do capitalismo industrial, surge a Escola Nova, de ideologia liberal. Esta propõe a escola como um fator de mobilidade social e por meio de regras menos rígidas, pretende preparar o educando para a autonomia, construindo a ideia de responsabilidade e disciplina voluntária, colocando-o no centro do processo educativo, voltado para a satisfação das necessidades e interesses infantis, estimulando as capacidades e a espontaneidade. Nesse método, a escolha dos conteúdos se faz pelos interesses dos educandos e o professor age como um facilitador, fazendo da experiência de aprendizado o mais importante, sobrepondo-a aos resultados. Nessa metodologia, parte-se do concreto para o abstrato, ou seja, da realidade do estudante para o saber científico, valorizando-se o corpo e a mente, na tentativa da formação do “homem integral”, que não apenas executa a ação, mas compreende o porquê e o funcionamento daquilo que faz. É uma concepção elitista e meritocrática de educação, pois a avaliação é realizada de modo a incentivar a competição por meio de prêmios e da aceitação dos valores burgueses, não existindo uma crítica ao que está instituído.

A Tendência Tecnícista de educação, por sua vez, muito forte no Brasil da década de 1950 e após o Golpe Militar de 1964, transformou a escola numa espécie de empresa com rígido ordenamento sequencial de metas a serem cumpridas (ARANHA, 1996), controle de corpos e do tempo, com conteúdo técnico adaptado para a preparação do indivíduo para o trabalho, cujas teorias norteadoras, o taylorismo¹⁵, o positivismo¹⁶ e o behaviorismo¹⁷, condicionam o estudante à execução do saber adquirido, sem, entretanto, questionar a ordem estabelecida. Nessa tendência, existe uma valorização da tecnocracia, ou seja, a técnica se coloca acima de um caráter ideológico que a educação possa ter e portanto seria neutra. Essa falácia da neutralidade é evidenciada quando se

¹⁵ Taylorismo é uma concepção de racionalização do trabalho que busca a maior produtividade em menos tempo, por meio da especialização e disciplina do trabalhador.

¹⁶ O Positivismo é uma corrente filosófica que tem a razão e o conhecimento científico como um caminho para o progresso humano, sem a influência do obscurantismo dogmático.

¹⁷ Behaviorismo, também chamada de comportamentalismo é uma teoria da psicologia na qual acredita-se que à semelhança de animais, os seres humanos podem ser treinados para se comportar de determinada maneira, de acordo com a “programação” à que foi submetido.

analisam os efeitos deste método de ensino: a educação pública tecnicista forma mão de obra barata e não qualificada para engrossar o exército de reserva nas indústrias, normalmente sendo ofertada para a camada mais pobre da população, dificultando a ascensão social desses estratos da população.

Outras correntes, como o Construtivismo, baseado na epistemologia genética de Piaget, que considera as fases do desenvolvimento da criança no processo educativo, tem se tornado um pouco mais utilizados nas classes mais elitizadas da sociedade, uma vez que para a grande massa populacional carece-se a estrutura adequada para que sejam desenvolvidas com efetividade as atividades necessárias. A própria formação diferenciada dos professores é um empecilho para a sua ampliação ao sistema público de ensino. Dessa forma, o estudante com melhores condições financeiras, por meio desta tendência pedagógica, desenvolve-se de acordo com suas fases cognitivas, tendo acesso ao máximo de estímulos possíveis, o que de fato não ocorre com as populações mais pobres.

Dados os problemas sociais impostos pelo sistema capitalistas, existem ainda, teorias progressistas que veem a educação como um fator de transformação social, segundo a qual o oprimido toma consciência da opressão exercida sobre ele por meio da problematização das questões que permeiam a sociedade e seu cotidiano. Assim sendo, pretende-se fomentar a compreensão dos processos de produção para romper com a dicotomia trabalho intelectual e trabalho braçal, posto que a classe trabalhadora é a classe oprimida e, portanto, a escola deve servir como um espaço de divulgação de ideias que sirvam aos seus interesses e não aos da burguesia. Entretanto, existem críticas muito pertinentes em relação a este método de educação, pois embora não exista uma educação neutra, o trabalho pedagógico pode se perder na militância e no dogmatismo político, posto que a sala de aula é um ambiente de falsa democracia e muitas vezes o professor é encarado como o detentor do saber, logo, da verdade absoluta dos fatos (ARANHA, 1996).

A aparente neutralidade da escola esconde a violência simbólica da reprodução “em vez de democratizar, a escola reproduz as diferenças sociais, perpetua o status quo e, por isso é uma instituição altamente discriminadora e

repressiva” (ARANHA, 1996, p. 188), sobretudo a escola fornecida pelo Estado, que está atrelado à burguesia e se utiliza de seus mecanismos e aparelhos ideológicos (igreja, família, cultura, mídia, etc.) para que seja inculcada nos indivíduos a ideologia burguesa dominante.

“Educação não é, porém, a simples transmissão da herança dos antepassados, mas o processo pelo qual também se torna possível a gestação do novo e a ruptura com o velho” (ARANHA, 1996, p.50). Nessa perspectiva, as tendências antiautoritárias, como a pedagogia anarquista, propõem uma educação para a liberdade. Trata-se de uma proposta racionalista que se apropria do Iluminismo e do Positivismo como ferramentas metodológicas para um ensino libertário. Trabalha-se com o educando a recusa do poder e o fortalecimento da disciplina voluntária, sem que existam prêmios e rompe-se com a hierarquia por meio de jogos e dinâmicas de grupos nas quais a interação entre os participantes dissolve qualquer laço de poder existente entre eles. A prática se revela no caráter coletivo e na crítica ao sistema capitalista que caracteriza os métodos de uma educação revolucionária. Além disso, pedagogia e política coexistem na renúncia ao Estado e às instituições, encaradas como obsoletas, cristalizadas e incapazes de corresponder às demandas da sociedade de forma não arbitrária (ARANHA, 1996).

O papel do professor, nesse caso, dadas as relações de hierarquia que possam ser construídas, age apenas como um facilitador no processo educativo, cujo conteúdo está atrelado à vivência do estudante. A autogestão é incentivada, até mesmo em relação às avaliações, feitas pelos próprios educandos, que tem na educação relacional, ou seja, em grupo, a construção de sua autonomia, muito distante de um individualismo fomentado em outras tendências de cunho liberal (ARANHA, 1996). Sob este prisma, encontram-se as pedagogias anarquistas praticadas no Brasil, sobretudo no início do século XX.

O Movimento Anarquista na Educação Brasileira

Com fortes influências da Escola Moderna¹⁸, as escolas anarquistas no Brasil se baseavam em grande parte nas teorias de Francisco Ferrer y Guardía¹⁹, que propôs em sua teoria pedagógica uma prática racional e científica de educação como instrumento de mudança social, na qual não houvesse segregação de gênero, raça ou classe e fossem eliminadas todas as formas de hierarquização e os falsos conceitos de pátria, família, propriedade privada e religião (GÓES, 1988). Essa nova proposta pretendia ser uma contraposição à escola tradicional, que se baseia em uma série de hierarquizações e forças conservadoras, defendendo uma certa horizontalidade e as potências da liberdade (GUARDÍA, 2014).

Ferrer y Guardía propunha a coeducação entre os sexos, para que meninos e meninas pudessem desenvolver suas potencialidades, que, ainda que distintas, mereciam atenção igual no decorrer do processo educativo. A ela não deveria ser relegado o lugar da casa, longe da sociedade e dos debates científicos, mas o espaço expandido de sua potência. A coeducação entre classes sociais também era um elemento importante na Escola Moderna. Seus estudantes iam desde os mais ricos até os mais pobres e as mensalidades eram cobradas de acordo com as posses da família dos estudantes, chegando à gratuidade. A ideia primordial era a de que educando no mesmo lugar, pessoas de classes sociais distintas, seria possível torná-las menos preconceituosas, menos limitadas ao seu círculo social. O mesmo argumento fundamentava a coeducação entre classes, pois o convívio de meninos e meninas criaria um sentimento de equidade entre os educandos (GUARDÍA, 2014).

A higiene escolar era um fator importante, pois prevenia a propagação de doenças e mantinha os estudantes saudáveis, por meio de acompanhamento

¹⁸ A Escola Moderna de Barcelona teve duração de 1901 a 1906.

¹⁹ Francisco Ferrer Y Guardía foi o proponente da Escola Moderna, e por seu caráter libertário, foi condenado à morte na Espanha, acusado de subversão. Na ocasião de sua morte, em 1909, anarquistas de várias nacionalidades se organizaram em passeatas para protestar, inclusive no Brasil (PASSETI, 2008).

médico, cadernetas de histórico de doenças²⁰, práticas de atividades físicas²¹, educação e instrução sanitária²²(GUARDÍA, 2014).

Dadas as dificuldades em encontrar professores adequados à sua proposta racionalista de ensino, Ferrer y Guardía criou sua própria Escola Normal para a formação de professores, mas esta iniciativa logo foi reprimida pelas autoridades. Tratou-se de um esforço em renovar a escola começando pelo corpo docente que a compunha, para que a finalidade do processo educativo – uma sociedade livre e justa – se cumpra. Dessa forma, a metodologia pautada na ideia de não reprimir nem premiar por meio de notas e classificações se fazia um importante instrumento de fomento, não à competição, como a escola comum, mas de solidariedade entre os educandos, que não se viam como inimigos, mas como colaboradores uns dos outros, por isso, aboliam-se as provas e avaliações e os castigos físicos, muito adotados em outras escolas, eram impensáveis nas Escolas Modernas (GUARDÍA, 2014).

O ensino racionalista, laico, tinha por objetivo fazer com que os estudantes não esperassem de nenhuma autoridade ou ser superior a resposta para seus problemas imediatos ou em longo prazo. Pretendia trazer ao educando uma responsabilidade aceita e orgânica, não imposta de maneira vertical (GUARDÍA, 2014). Nestas escolas, devido ao contato que Ferrer teve com geógrafos anarquistas como Reclus e Kropotkin, o ensino desta matéria se dava com uma atenção espacial ao método, recorrendo-se ao estudo do meio para se compreender as relações entre homem e natureza, bem como sair do dogmatismo e da memorização de conceitos distanciados da realidade do indivíduo. Além da educação das crianças, a Escola Moderna se dedicou à instrução popular, que abarcava também as famílias dos estudantes e trabalhadores interessados nos temas propostos nas conferências dominicais.

²⁰ Caso houvesse uma epidemia e na caderneta de saúde o estudante já tivesse apresentado a doença, estando imune a ela, poderia frequentar as aulas sem problema algum (GUARDÍA, 2014).

²¹ Os jogos elaborados para as atividades físicas, visavam desenvolver nos estudantes o sentimento de cooperação entre eles (Guardía, 2014).

²² Ensinava-se as crianças a lavarem as mãos, tomar banho adequadamente, entre outras medidas higiênicas que na época não eram costumeiramente adotadas (Guardía, 2014)..

Essa pedagogia, que Guardía pressupunha neutra foi muito aplicada no Brasil, entretanto, com a ressalva de não ser considerada neutra, mas uma preparação para a vida livre. Sobre o caráter não estatal dessa educação Passeti (2008, p. 35) comenta

O imperativo ensino dirigido e centralizado no Estado sequestra a possibilidade de experimentação e a espontaneidade do ato de aprender, excluindo o autodidatismo, a liberdade de ensinar e estudar, as práticas não-oficiais de socialização do conhecimento e a possibilidade de dissolver a relação professor-aluno. Quando se aprende por querer, o aluno se torna estudante e busca orientações e informações suplementares à aula, por conta própria e com parceiros irrequietos, transformando seus estudos em algo inventivo e livre. Os estudantes libertam-se dos prolegômenos iluministas sobre a vontade de quem ensina – na qual o querer está subordinado à vontade de quem ensina –, para instaurarem transtornos às autoridades e conhecimentos constituídos.

Aquilo que se pode considerar como uma pedagogia anarquista consiste em uma série de metodologias educativas nas quais o processo de aprendizado é centrado no educando, intentando sua autogestão. O professor, nesse caso, age somente como um facilitador e o conteúdo é associado à experiência de vida do estudante, de forma não dogmática. A auto avaliação substitui a avaliação de um professor e a disciplina jamais é imposta ao educando, pois, dessa forma, criam-se artificialidades que inibem a liberdade do indivíduo. Ferrer defendia que nas séries iniciais era importante uma presença mais incisiva do professor, mas que no decorrer do processo, aos poucos o educando conquista sua autonomia (ARANHA, 1996a). Dessa maneira, sua responsabilidade era “recuar até desaparecer diante da potência de liberdade da criança” (PASSETI, 2008 p.41).

O material pedagógico era, sobretudo, vindo de folhetos e livros traduzidos de pedagogos anarquistas, entretanto, a aplicabilidade das ideias nesses escritos era problematizada em relação ao contexto no Brasil, de forma que imprensa, educação, greves, Centros de Cultura Social e reuniões de discussão, constituíam redes e se complementavam umas às outras (KASSICK, 2004). A escola não era apenas um prédio ou instituição, mas se fazia presente

nas organizações orgânicas de trabalhadores, sindicatos e mesmo nos folhetos e periódicos publicados no idioma dos trabalhadores (português, espanhol, italiano, etc), muitas vezes, tratando-se da única opção de ensino disponível para o trabalhador, dadas as dificuldades de acesso à educação no final do século XIX e início do XX. Essas escolas se situavam em São Paulo, sobretudo, nas regiões do Brás, Bom Retiro, Belenzinho e Mooca, onde se encontravam um grande número de imigrantes de origem italiana e eram voltadas, sobretudo, para o ensino dos filhos de operários pobres e tinha aulas nos períodos diurnos e noturnos (PAULA, 2005).

A pedagogia anarquista propõe a educação integral²³ do indivíduo, preparando-o para a vida social, indissociando o trabalho manual do trabalho intelectual²⁴. Esse tipo de educação, jamais poderia ser oferecido pelo Estado, pois não serve aos seus interesses. Um dos grandes nomes da educação anarquista no Brasil, José Oiticica, em 1925, numa de suas obras afirma:

A chave dessa educação burguesa é o *preconceito*. O Estado, exatamente pelo mesmo processo usado com os soldados, vai gravando, à força de repetições, sem demonstrações ou com argumentos falsos, certas ideias capitais, favoráveis ao regime burguês, no cérebro das crianças, dos adolescentes, dos adultos. Essas ideias, *preconceitos*, vão se tornando, pouco a pouco, verdadeiros dogmas indiscutíveis, perfeitos *ídolos subjetivos*. (...) Essa idolatria embute no espírito infantil os chamados *deveres cívicos*: obediência às instituições, obediência às leis, obediência aos superiores hierárquicos, reconhecimento da propriedade particular, intangibilidade dos direitos adquiridos, amor da pátria até o sacrifício da vida, culto à bandeira, exercício do voto, necessidade dos parlamentos, tribunais, força armada etc. (ARANHA, 1996b p.200)

²³ Para os anarquistas a educação integral prepara para a vida e tem caráter revolucionário. Esse termo vincula-se à experiência de Paulo Robin no *Orfanato Cempuis* entre 1880 e 1894, aliando corpo e mente, teoria e prática, numa proposta pedagógica libertária, que mais tarde influenciaria a obra de Ferrer y Guardá .

²⁴ Atualmente, escolas de educação profissional também se propõem a formar integralmente o indivíduo, entretanto, a proposta se baseia muito mais em servir aos interesses capitalistas do que, de fato, tornar o educando crítico a eles.

Neste trecho, Oiticica resume grande parte das ideias anarquistas acerca da educação fornecida pelo Estado, que longe de emancipar o educando, torna-o ainda mais envolto na ideologia burguesa que naturaliza as hierarquias e as relações de dominação e poder, sintetizando também, uma série de argumentos segundo os quais se tornou necessário o desenvolvimento de escolas anarquistas autônomas e autogeridas.

A educação anarquista era composta de dois eixos principais, além da educação informal exercida pelos folhetos e discussões, uma profissional para os adultos e outra formal, que se voltava principalmente para o ensino básico e tinha um caráter positivista, onde, entretanto, a ciência não era vista como uma prática por ela mesma e não se excluíam do processo educativo as sensações e emoções, pelo contrário, valorizava-se não apenas o saber científico, mas as relações humanas de troca e ajuda mútua. Para o ensino de Geografia, propunha-se o estudo do meio, de modo que a construção do saber se dava primeiro pela experiência, depois pela confirmação na teoria. Existiam ainda, nos Centros de Cultura Social, palestras e conferências realizadas a noite e aos domingos, as chamadas sessões de propaganda científica, parte de uma educação informal-científica. O Teatro anarquista também foi muito importante como elemento de difusão das ideias libertárias. (KASSICK, 2004).

Em 1904, no Rio de Janeiro, e onze anos mais tarde, em São Paulo, criou-se a Universidade Popular de Ensino, cuja duração dos cursos era de julho a outubro e as aulas se dividiam em eixos temáticos independentes, de forma que qualquer pessoa pudesse acompanhá-las sem ter assistido às aulas anteriores, como uma forma de complementar o ensino libertário. A educação dos indivíduos que constituem a sociedade é fundamental para que ela se modifique, uma vez que o pilar da sociedade é o tipo de indivíduos que são “cultivados” dentro dela e devido ao fato de não ser de interesse do Estado fornecer uma educação libertária, menos ainda do capitalista dono da fábrica, as Escolas Modernas e Universidades Populares funcionavam de maneira totalmente autônoma, inclusive com recursos providos pelos próprios trabalhadores,

mediante o pagamento de mensalidades, ou de forma indireta por meio de rifas e festas (KASSICK, 2004).

Essas iniciativas de Escolas Modernas racionalistas e Universidades Populares no Brasil não se limitaram à região Sudeste do país, ainda que nessa região tenham se desenvolvido muitas experiências desse tipo. Em muitos Estados do Nordeste e Sul, e mesmo na região Norte também houve a criação de escolas anarquistas. Sobretudo na década de 1930, essas propostas educacionais foram duramente perseguidas pela Igreja, que incitava o nacionalismo nos brasileiros e levantava uma série de argumentos para que se fechassem as escolas anarquistas, apelando muitas vezes para o moralismo, quando em relação à coeducação de sexos, e muitas vezes ao pânico generalizado, classificando-as como centros de formação de desordeiros. Em decorrência disso e das acusações de terrorismo²⁵ atribuídas pelo Estado, muitas Escolas Modernas foram fechadas (KASSICK, 2004) e desdobraram-se em Centros de Cultura Social (PASSETI, 2008).

No decorrer de dois períodos ditatoriais, muitas das informações sobre as escolas anarquistas se perderam, também em função dos materiais didáticos utilizados – folhetos e periódicos -, restando apenas alguns exemplares de publicações disponíveis em acervos públicos como o CEDEM (Centro de Documentação e Memória), em São Paulo, gerido pela UNESP (Universidade Estadual de São Paulo) e Centros de Cultura Social, que resgatam essas informações por meio de livros de autores anarquistas da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anarquia, ao contrário do que o senso comum prega, não se trata de desordem ou caos. Trata-se do rompimento com o que há de inorgânico na sociedade: a submissão à autoridade, a privação da liberdade, a desigualdade entre os homens (e mulheres), a propriedade privada, a luta interespecífica entre

²⁵ A acusação de terrorismo decorre de uma justificativa ao processo de marginalização e deportação de imigrantes europeus considerados anarquistas, pois não era de interesse do Estado manter certos “elementos deturpadores da ordem” em solo brasileiro.

os seres humanos, a dominação de uma classe sobre a outra e, mais do que isso, a existência de classes sociais. Sua finalidade se assemelha ao Comunismo, entretanto, o caminho percorrido para se chegar a uma sociedade verdadeiramente livre, não passa por um período autoritário, no qual o Estado se coloca como um instrumento forte de organização social. Essa ideia é inconcebível aos anarquistas, a quem o Estado em si já constitui um elemento coercitivo e antilibertário, seja ele regido por quem for.

Em relação aos métodos de atuação e construção dessa sociedade livre, por mais que alguns autores como Malatesta defendam o uso da violência para expropriar o poder dos expropriadores da liberdade, não descartam o papel da educação, o pilar fundamental de uma humanidade mais justa, regida por leis orgânicas e não impostas verticalmente por um agente que se coloca acima da sociedade, mesmo defendendo interesses de parte dela, o Estado. Para isso, o sistema capitalista vigente, ou qualquer sistema que gere em si desigualdades e a dominação de um sujeito sobre o outro, seja pelo viés econômico, seja pelo caráter ideológico, deve ser extinto e substituído pela cooperação entre os indivíduos, construída mediante um processo educativo libertário, que forneça ao educando a criticidade e o sentimento de responsabilidade, necessários para o entendimento de sua própria liberdade.

Essas ideias chegaram ao Brasil, sobretudo entre o final do século XIX e começo do século XX, causando um período de grande efervescência no Brasil. Os grandes fluxos migratórios, de fundo ideológico eugênico por parte do Estado brasileiro, trouxeram consigo não apenas mão de obra para as lavouras e fábricas, mas uma série de ideias que agitaram profundamente o cenário social. O movimento anarquista marcou de forma excepcional a história das lutas políticas dos trabalhadores, sobretudo com a greve de 1917.

Nesse contexto, a educação anarquista foi um importante elemento de formação política da classe operária e se valeu de métodos simples para esta finalidade: folhetos, peças teatrais, leituras em grupo de periódicos, etc. Mais do que isso, para muitos trabalhadores era a única opção educacional disponível, dado o desinteresse do Estado pela educação dos mais pobres.

As escolas anarquistas, de forte influência da Escola Moderna, foram uma resposta ao ensino dogmático e burguês fornecido pela Igreja e pelo Estado de forma raramente acessível ao trabalhador pobre. Com sua conformação muito avançada para o período que vai de 1890 a meados de 1930, essas escolas escandalizavam as camadas mais conservadoras da sociedade ao propor a coeducação entre sexos e a igualdade de gênero, por meio de um ensino único para meninos e meninas.

É importante ressaltar que este modelo de escola no Brasil não se propunha neutro, pelo contrário, tinha em si claramente definidas as bases políticas que fundamentavam as práticas escolares, desde o tipo de material didático que utilizavam, até a forma não hierarquizada com que se relacionavam professores e alunos. Era ofertada ao trabalhador e aos seus filhos a possibilidade de acesso a um ensino racional que o libertasse dos dogmas da Igreja e da dominação patronal e estatal, desnaturalizando dentro dele as ideias encucadas de servidão e obediência.

O modelo tradicional de ensino, padronizado, oferecido não apenas pelo Estado, mas por boa parte das instituições de ensino (com exceção de algumas pedagogias mais elitizadas de cunho liberal) é um modelo obsoleto, assim como a sociedade em si, persiste na obsolescência ao reforçar a cultura da disciplina e do medo em uma época em que supostamente existe uma maior inclinação para o rompimento com o antigo e o surgimento do novo, o que Bakunin chamaria de “destruição criativa” (COSTA, 1981 p. 12), no qual o conservadorismo teoricamente se romperia e as mentes abertas fariam, se não uma revolução social, uma revolução de corpos e mentes, com uma maior liberdade aos indivíduos. Entretanto, esse conservadorismo avança a cada dia e se instala nos corpos e mentes e a escola tem um papel fundamental nisso. É o aparelho ideológico do Estado que molda as mentes desde os primeiros anos, formando o indivíduo para o trabalho e para o conformismo, com exceções, para o resto da vida.

O resgate de uma metodologia e visão anarquista de pedagogia não se encerra somente na recuperação de métodos, materiais didáticos, ações e ideias. Trata-se de uma reflexão acerca do papel docente em todo o processo

educativo, com o aporte de um contexto social e familiar. Ao se analisar as Escolas Modernas, pode-se perceber que não se trata apenas de um modelo educacional que se limita à escola, pelo contrário, engloba a família do educando e se conforma como um elemento de aglutinação e não de separação entre os indivíduos.

Ao se pensar as escolas atualmente, no contexto do Estado de São Paulo, contrapondo-se às escolas anarquistas do século XIX e XX, tratam-se de espaços fechados, semelhante à prisões, nos quais os pais raramente tem alguma participação, exceto em momentos de denúncia do bom ou mau comportamento, o aparato repressivo do Estado se faz presente por meio da ronda escolar e professores e alunos se veem quase como inimigos, duas classes distintas, antagônicas entre si, cuja disputa pelo poder se faz a cada momento na sala de aula, seja ele físico ou intelectual. As escolas autogestionadas pelos trabalhadores, do século passado, por sua vez, eram espaços abertos, não burocráticos em que não havia disputa pela hegemonia intelectual, eram espaços de partilha do conhecimento científico e de formação política onde não existia hierarquia nem o lugar do saber mais ou saber menos, pois o conhecimento se construía no momento, com a experiência, com o trazer para a vida.

Uma das grandes reflexões que se pode extrair das propostas anarquistas é o caráter repressivo que a Escola Tradicional carrega em si, e o quanto isso é prejudicial para a formação de um sujeito independente e livre. O dogmatismo religioso foi substituído pelo dogmatismo científico e muitas vezes não existe espaço para a construção do saber do educando, pois as informações são hierarquicamente colocadas como se o professor fosse o detentor supremo do saber e não houvesse a possibilidade de um processo conjunto de aprendizagem-ensino. A punição e a premiação por maus e bons resultados constitui uma estratégia de reforço da cultura da competição e da meritocracia, que colaboram para a naturalização das opressões e desigualdades da sociedade capitalista.

Portanto, o resgate metodológico das ideias anarquistas permeadas na educação pode ser interessante no sentido de se criar um indivíduo novo, crítico,

solidário e consciente de suas responsabilidades, sem a necessidade de uma autoridade, e tornar o conhecimento atrativo ao educando, sem que seja encarado como uma obrigação, mas que seja incorporado à sua vivência.

Referências

- ABRAMO, Fúlvio. **A Revoada dos Galinhas Verdes: Uma história de luta contra a fascismo no Brasil**. São Paulo: Venetta, 2014.
- ALTHUSSER. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Martins Fontes s/d.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- _____. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- BAKUNIN, Mikhail. A Ilusão do Sufrágio Universal (1907). In: **Os Grandes Escritos Anarquistas**. L&PM: Porto Alegre, 1988.
- _____. **La Mujer, el matrimonio y la familia**. Disponível em: <http://afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Bakunin,%20Mikhail/BAKUNIN,%20M.%20La%20mujer,%20el%20matrimonio%20y%20la%20familia.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2015 às 21:26h.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COSTA, Caio Túlio. **O que é o Anarquismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GALLO, Silvio. **O Paradigma Anarquista na Educação**. In: Nuances - Vol. II - Outubro de 1966.
- GÓES, Maria Conceição Pinto de. A questão da Educação. In: **A formação da Classe Trabalhadora - Movimentos Anarquistas no Rio de Janeiro, 1888-1911**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1988.
- GOLDMAN, Emma. La trampa de la protección. In: BAIGORRIA, Osvaldo. **El amor libre: Eros e anarquia**. 1 ed. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2006. cap. 9, p. 49 – 52.
- _____. **O indivíduo, a sociedade e o Estado**. São Paulo: Hedra, 2007.
- GUARDÍA, Francisco Ferrer y. **A Escola Moderna**. Terra Livre: São Paulo, 2014.

- KASSICK, Clovis Nicanor. **A Pedagogia Libertária na História da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.
- KROPOTKIN, Pietr. **A anarquia**. Enciclopédia Britannica, s/d.
- _____. **As prisões**. São Paulo: Editora Acracia, 2014.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia Política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: **O Brasil Republicano: O tempo do Nacional-Estadismo do início da década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo**. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- MALATESTA, Errico. Um projeto de organização anarquista. In: MAKHNO, Nestor. **Anarquia & Organização**. Luta Libertária Coletivo Editorial: São Paulo, s/d.
- _____. **Escritos Revolucionários**. Novos Tempos: São Paulo, 1989.
- NETO, João Correia de Andrade. **Educação Anarquista e Pedagogia Libertária: Caleidoscópio de uma História (1880-1930)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2008.
- PASSETTI, Edson & AUGUSTO, Acácio. **Anarquismos & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- PAULA, Amim El Hakim de. **Os Operários pedem passagem! A Geografia do Operário na Cidade de São Paulo (1900-1917)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, 2005.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. O nascimento da Anarquia: a morte da propriedade. In: **Os grandes Escritos Anarquistas**. L&PM: Porto Alegre, 1988.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890-1930)**. Paz & Terra: São Paulo, 2014.
- RECLUS, Eliséé. **Anarquia pela Educação**. São Paulo: Hedra, 2001.
- RODRIGUES, Gabriela de Andrade. **Educação Anarquista em Cultura Visual**. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. Companhia das Letras: São Paulo, 1993.

_____. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira**. Claro Enigma: São Paulo, 2012.

WOODCOCK, George. **História das Ideias e Movimentos Anarquistas volume 1 – A Ideia**. L&PM: Porto Alegre, 2014.

_____. **História das Ideias e Movimentos Anarquistas volume 2 – O Movimento**. L&PM: Porto Alegre, 2014.

_____. A Ditadura do Relógio. In: **Os Grandes Escritos Anarquistas**. L&PM: Porto Alegre, 1988a.

_____. Anarquismo: Introdução Histórica. In: **Os Grandes Escritos Anarquistas**. L&PM: Porto Alegre, 1988b.